

A FORMAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Carlos Augusto Fernandes de Medeiros¹

RESUMO

O presente trabalho visa conhecer como o aluno com Deficiência Visual realiza sua trajetória dentro do Ensino Superior através de uma entrevista com um aluno do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) de Campo Maior-PI. O objetivo geral desse artigo é esclarecer como ocorre o processo formativo do aluno com DV no curso de Pedagogia. Metodologicamente o artigo tem uma abordagem qualitativa-descritiva, utilizando na entrevista a técnica de História Oral, tendo como recortes o Depoimento Pessoal e o Depoimento Biográfico Único, desenvolvendo-se por meio de revisão de literatura de material bibliográfico que trata e/ou relaciona com a temática, destacando-se as contribuições teóricas de Oliveira (2017), Bruno (2022), Bernardi et al (2018), dentre outros. Constatou-se que enquanto legislação há garantias e avanços, mas enquanto sociedade ainda há muito para se conquistar na participação plena do indivíduo com deficiência, inclusive dentro do Ensino Superior, em que o estudante acaba tendo que “integrar-se” ao sistema de Ensino Superior, da mesma forma que a concepção vigente nos anos 1970, e que a responsabilidade do insucesso e dos problemas sociais é atribuída por professores, alunos e sociedade em geral ao próprio deficiente, não assumindo-se como falha e reprodutora *do status quo* social.

Palavras-chave: Inclusão; Ensino Superior; Deficiência Visual; Pedagogia

INTRODUÇÃO

Nos anos 1970, surge o paradigma de “inclusão”, em que este se caracteriza pelos princípios e valores que visam a aceitação das diferenças individuais, pautando-se na contribuição de cada indivíduo e pela cooperação e convivência dentro da diversidade humana, no qual o ambiente passa a adaptar-se à especificidade apresentada pela pessoa com deficiência, com este tornando-se um sujeito histórico de direitos (OLIVEIRA, 2017).

Nessa concepção, reconhece-se a responsabilidade do indivíduo com a sua própria existência, mas também se analisa os contextos circundantes responsáveis pelas suas condições de vida, tanto pela sua potencialidade quanto pelos desafios que este enfrenta. Os desafios dentro do ponto de vista inclusivo são proporcionados pelas estruturas hierárquicas sociais e culturais, e não pela capacidade biológica em si.

No Brasil, na perspectiva de inclusão, ou ao menos a garantia dos direitos da pessoa com deficiência, tem o seu marco inicial na promulgação da Constituição de 1988, no qual em

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI (Campus Torquato Neto – Teresina), carlosmedeiros@aluno.uespi.br;

seu Artigo 5 (2016, p.2, grifo nosso) o documento preconiza que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se o direito à vida, a liberdade e a igualdade”, tendo acesso aos direitos sociais como “a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e a previdência social” (2016, p.6, grifo nosso).

Com a promulgação da Constituição foram promulgadas normativas, portarias, leis e decretos referentes a pessoa com deficiência, levando-a gradativamente a frequentar os sistemas educacionais de ensino, inclusivos ou não, com a possibilidade de avançar profissionalmente, tanto no mundo do trabalho quanto no mundo acadêmico. Porém essa garantia efetivou-se apenas em 2016 foi aprovada uma alteração para incluir a pessoa com deficiência na Lei Nº 12.711 (conhecida como lei de cotas) através da Lei Nº 13.409, que fica estabelecida da seguinte forma:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1^o2 desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2016, p.1).

Com isso, as instituições de Ensino Superior passaram a destinar um percentual de suas vagas para o ingresso das pessoas com deficiência, garantindo uma quantidade mínima e fixa para que elas pudessem frequentar essa modalidade de ensino, demarcando a presença desse indivíduo nesses locais, porém, a legislação nacional torna-se não estabelece parâmetros quanto as garantias da estratégia de permanência desse estudante nessa modalidade de ensino.

Dentre o contingente da população com deficiência, escolhi como foco o indivíduo com Deficiência Visual (DV). Clavero e Salguero (2012, p. 150) definem a DV como:

A alteração do processo da função visual, que consiste na competência humana para recolher, integrar e atribuir significado aos estímulos luminosos captados pela visão, sendo o olho o órgão receptor dessa energia física, que é transformada em energia nervosa por meio plasma óptico para enviá-la ao cérebro, elaborando conceitos que permitem dar respostas futuras, sendo o processo da visão um aspecto físico-psicológico, e a disfunção por mínima que seja deste processo, acarreta um déficit, ou intitula-se de *handicap* visual.

A DV divide-se em dois grandes grupos, sendo a cegueira e a baixa visão. Para o presente trabalho teremos como foco a baixa visão, que é definida em:

² Artigo 1: As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.



Visão parcial – a pessoa afetada, apresenta dificuldades para perceber imagens, comum ou ambos os olhos, sendo a iluminação e distância adequadas, necessitando de lentes ou outros aparelhos especiais para normalizar a visão. Visão escassa – é um resíduo visual que permite que a pessoa veja apenas objetos situados a poucos centímetros, apresentando 10 a 20% da capacidade visual (CLAVERO E SALGUERO, 2012, p.152).

Embora algumas vezes a visão possa ser corrigida, ela também pode ser enquadrada como deficiência (baixa visão), quando essa possibilidade de correção se restringe para algumas áreas, como por exemplo: consegue-se corrigir a visão em atividades acadêmicas, mas não ocorre a mesma possibilidade para a correção do uso visual nas demais atividades.

Diante do recorte teórico estabelecido, justifica-se a escolha desta experiência pela curiosidade de conhecer como o aluno com DV realiza sua trajetória dentro do Ensino Superior, pois à medida que se conhece a trajetória desse indivíduo, ocorre a noção de como está ocorrendo o processo formativo dentro das fileiras acadêmicas da Pedagogia e se busca identificar como a sociedade pensa e atua sobre os preceitos da inclusão na vida prática.

O objetivo geral desse artigo é esclarecer como ocorre o processo formativo do aluno com DV no curso de Pedagogia. A metodologia utilizada partiu de revisão de literatura de material bibliográfico que trata e/ou relaciona com a temática, destacando-se as contribuições teóricas de Oliveira (2017), Bruno (2022), Bernardi et al (2018), dentre outros.

Em seguida, foi realizada uma entrevista com um aluno do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) situada na cidade de Campo Maior-PI, com a utilização de um gravador no dia 23 de julho de 2023, às 16h, consistindo em uma abordagem qualitativa-descritiva com a utilização da técnica de História Oral, tendo como recortes o Depoimento Pessoal e o Depoimento Biográfico Único.

Ademais, espera-se que a experiência apresentada suscite reflexões sobre o aluno com deficiência inserido no Ensino Superior e possa servir como elemento norteador, repensando as práticas pedagógicas tecitadas dentro das diferentes modalidades educacionais, enxergando o aluno com deficiência como um indivíduo que possui direito a inclusão e aprendizagem plena, além da busca pela identificação dos desafios comuns nas diferentes realidades e na formulação de possibilidades educacionais para que se garanta o direito desse aluno frequentar o ensino superior.

REFERENCIAL TEÓRICO

O acesso da pessoa com DV no Ensino Superior é um fenômeno recente, que remonta ao início dos anos 1990, motivada pelo movimento internacional que iniciou nos anos 1980 e

pela Constituição de 1988, no qual haviam reflexões sobre a exclusão social desses indivíduos nos espaços acadêmicos e profissionalizantes. No entanto, Oliveira (2017) aponta que apesar dessa movimentação, somente conseguiam adentrar nas Instituições de Ensino Superior (IES) aqueles que conseguissem se adaptar as condições vigentes, não ocorrendo mudanças significativas na *práxis* social e pedagógica.

A autora destaca que somente em 2005 e em 2011 aconteceram mudanças significativas que se referem a inclusão desse aluno na perspectiva de políticas públicas, embora houvessem decretos regulamentando o uso de instrumentos como audiolivros, braille e outros itens educacionais voltados para o DV nas IES pelo Conselho Nacional de Educação.

Em 2005 o Ministério da Educação lança o Programa Incluir, que visa o estímulo de ações para inclusão da pessoa com deficiência através de fomento financeiro para adequações de acessibilidade e Tecnologias Assistivas³ a partir de projetos apresentados pelas IES, já em 2011 a política inclusiva das IES foi estendida para responsabilidade e compromisso dos Estados da Federação com regulamentação do Governo Federal (BRASIL, 2005; BRASIL, 2011; OLIVEIRA, 2017).

No mesmo ano foi promulgado o Decreto 7.611, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Dentro do arcabouço das IES, ele prevê que:

Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visem eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (BRASIL, 2011).

Cabe salientar que as IES possuem a liberdade para formular suas próprias políticas, por isso a superficialidade na legislação, embora não deixe de ser positivo a menção dispensada na lei. Esse movimento tem proporcionado as IES a discussão do acesso e da permanência da pessoa com deficiência no Ensino Superior, sobretudo após a garantia proporcionada pela Lei Nº 13.409.

Diante das discussões e das garantias, é necessária a conquista de uma política institucional que vá além das ações coordenadas das IES, adotando parâmetros de inclusão de forma a criar as condições necessárias para o pleno atendimento dos estudantes com deficiência, que vão desde as condições de trabalho docente até a conscientização da

³ São produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e a participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia e independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015).

comunidade acadêmica, de forma a proporcionar um ambiente acolhedor e inclusivo para o estudante com deficiência, estimulando atitudes coletivas (OLIVEIRA, 2017).

Bernardi et al (2018) aponta que se deve conhecer os desafios que este estudante enfrenta, que se constituem: na ausência de um acervo bibliográfico em braile/audiolivros; nas barreiras atitudinais com a identidade da pessoa com deficiência pelos professores e alunos que muitas vezes é vista em um arcabouço social e não filosófico-individual em seus anseios, desejos e representações e por fim as barreiras de acessibilidade, que vão desde a estrutura física inadequada até o alto custo e a ineficácia dos materiais disponibilizados e fornecidos. A partir do reconhecimento dos desafios, é que são apontadas as soluções pertinentes a inclusão desse indivíduo.

Dentro do espaço das barreiras atitudinais o indivíduo com deficiência é visto como alguém que padece da caridade do outro, que precisa necessariamente de um “tutor” para alcançar qualquer objetivo que lhe seja pertinente, e sua autonomia em alguns casos é vista como uma insurreição e sua existência filosófica é enquadrada no conceito de bom/mal, não havendo espaço e margem para subjetividade humana (COSTA, 2012).

A DV por ser uma deficiência sensorial não impacta na estrutura e na esquematização cognitiva do indivíduo, sendo este passível de receber o mesmo processo de aprendizagem que uma pessoa vidente, desde que lhe seja possível as adaptações necessárias em decorrência da visão, no caso do indivíduo com baixa visão, este tem uma maneira particular de ver o mundo, pois ele dispõe do uso residual da visão (BRUNO, 2022).

No entanto, por não se enquadrar como vidente e nem no conceito de cegueira, o indivíduo com baixa visão ainda possui uma identidade em construção em âmbito educacional, devido suas características e formas de compreender o mundo singulares, que Oliveira (2017, p.87-88) define da seguinte forma:

Apresenta uma grande oscilação de sua condição visual de acordo com seu estado emocional, as circunstâncias e a posição em que se encontra, dependendo de fatores que podem estimular ou desestimular a sua capacidade visual, pois sua capacidade de abstrair informações é intermitente e fragmentada. Esse indivíduo, mesmo com os resíduos visuais, se utiliza majoritariamente dos esquemas sensoriais para compreensão dos fatos.

O uso de Tecnologias Assistivas para o indivíduo com baixa visão, é centrada apenas no uso residual da visão e de seus possíveis estímulos, possuindo pouca margem para o uso das capacidades sensoriais, por exemplo. Bruno (2022), esclarece que isso é originário de estudos dos anos 1970, no qual as crianças com baixa visão “liam” de forma aproximada os conteúdos escolares. Nesse sentido, para esse indivíduo, é muito comum possibilitar-lhe o uso

de fontes ampliadas, centrando o pensamento da sua “compensação visual” apenas dentro das atividades acadêmicas.

Porém, a promoção de tecnologias para esse indivíduo vai além do uso de fontes ampliadas para leitura de conteúdos acadêmicos. Bruno (2022) relata que ele, assim como a pessoa cega, pode utilizar o braile e o audiolivro para realização de suas leituras, a bengala para sua orientação e mobilidade e por vezes necessita de algumas adaptações para as suas atividades de vida diária, que requerem a disposição da luminância em um espaço, tornando mais intuitivo seus deslocamentos, por exemplo.

Os dados atuais apontam que o contingente de alunos com deficiência matriculados no Ensino Superior representam 63.404 pessoas, sendo 0,7% do total de matrículas nas IES, e 20.172 desses indivíduos possuem baixa visão, apenas atrás da Deficiência Física que representa 20.206 das matrículas (BRASIL, 2022).

Mediante os dados apresentados, é importante conhecer como ocorre a inclusão de fato desse indivíduo no Ensino Superior, desvelando a sua trajetória individual para que a partir dela se encontre a relação em comum com a feição teórica, de forma a reconhecer a trajetória do indivíduo com baixa visão nessa modalidade de ensino e apontar os caminhos pertinentes dentro do paradigma inclusivo.

METODOLOGIA

A metodologia é para Minayo (2002), o caminho do pensamento para alcançar a prática da realidade, englobando as técnicas pertinentes a sua construção, dispondo de um instrumental claro e teórico capaz de esclarecer os impasses teóricos para a concretização da pesquisa. Neste tópico será descrita a metodologia utilizada para a viabilidade do presente artigo e seus itinerários para a sua concretização.

A pesquisa em questão assume a abordagem qualitativa, pois a partir dela qualquer acontecimento da vida real pode assumir-se como um objeto de estudo, gerando novos saberes e apontando direcionamentos para explicação dos procedimentos sociais e tem como objetivo ser exploratória, possibilitando a construção de hipóteses previamente estabelecidas que serão respondidas à partir do contato com o objeto metodológico a luz da estrutura descritiva (MINAYO, 2002; YIN, 2016).

O tipo de pesquisa apresentado para este artigo é o da História Oral, que “gira em torno da experiência de vida dos indivíduos, utilizando-se dos períodos históricos testemunhados pelo entrevistado, desvelando as relações sociais em que ele se insere”

(RIGOTTO, 1998, p.3) a luz da técnica dos Depoimentos Pessoais, que “concentra o relato do entrevistado sob o prisma de interesse estabelecido pelo pesquisador, procurando aprofundar o conhecimento sobre o recorte elegido” (RIGOTTO, 1998, p.5), possuindo como eixo o Depoimento Biográfico Único, já que o artigo parte da experiência de vida de um único personagem.

O processo dos Depoimentos Pessoais permite analisar as relações sociais a partir da singularidade dos sujeitos, possibilitando uma análise ampla das relações de poder onde se movem os atores e os procedimentos sociais, partindo da fala de vida do indivíduo para se atingir valores, comportamentos e ideologias que pertencem ao grupo e a sociedade, desvendando as teias que ligam os processos sócio-culturais dentro do arcabouço cultural, pois o ser individual é uma resposta dos estímulos em sociedade (RIGOTTO, 1998).

Para se atingir o objetivo proposto pelo artigo, realizou-se o seguinte itinerário de pesquisa: 1) Critério de seleção – foi realizado o levantamento de quantas pessoas com deficiência (baixa visão) haviam sido matriculadas na instituição de pesquisa mediante contato com a Universidade; 2) Contato – entrou-se em contato com esse indivíduo para a realização da pesquisa, foi descrito todo o percurso metodológico e ético que norteia a investigação; 3) Aceite – ao consentir, foi escolhida uma data pertinente para a realização da entrevista de acordo com a disponibilidade do entrevistado; 4) Entrevista – o responsável pelo depoimento teve o seu diálogo gravado com a utilização de um *smartphone* com a condução da entrevista em torno da temática, de forma a deixar o entrevistado construir sua linha de raciocínio; 5) Transcrição – realizou-se a transcrição da entrevista gravada, e houve a adequação para a escrita formal e a sistematização de termos, e após o tratamento dos dados estes foram enviados para o indivíduo pesquisado para que ele analisasse se a entrevista está coerente com a sua linha de raciocínio e para que ele pudesse fazer as modificações que julgasse necessária; 6) Sistematização dos dados – por último foram escolhidos trechos da entrevista para responder as perguntas específicas referentes a inclusão no Ensino Superior, relacionando sua história de vida com os tópicos de interesse proporcionados pela pesquisa, ficando estabelecido em comum acordo que seria utilizado um nome fictício na apresentação dos dados no tópico de Resultados e Discussão, para preservar a identidade da pessoa entrevistada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

- **Apresentação**

Fred, possui 27 anos, nasceu no Rio Grande do Norte, mas mora no Piauí há 7 anos. Veio para o estado para cursar Pedagogia na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) na cidade de Campo Maior. Fred foi criado apenas com a sua mãe e tem pouco contato com o seu pai e com seus outros dois irmãos e desde que chegou na cidade mora sozinho.

Ele a partir dos 5 anos de idade possuía miopia, a sua mãe não acreditava no que ele dizia e na sua vida escolar era comum errar e confundir palavras e textos por conta da sua limitação visual, apesar de ser considerado um aluno muito inteligente. Sua trajetória escolar foi constituída de altos e baixos, pois sofreu bullying tanto por sua condição visual, quanto pela sua potencialidade. Fred concluiu a segunda parte do ensino fundamental e o ensino médio em meio a grandes hiatos.

Paralelo a este fato, ele estranhou o seu “grau” diminuir a partir dos 11 anos de idade, aos 15 a sua médica oftalmologista falou que ele tinha uma alteração na córnea, e aos 22, já no início do Ensino Superior, descobriu se tratar de um “Ceratocone”, e foi submetido a cirurgia aos 25 anos no seu olho esquerdo, no entanto, descobriu possuir também no olho direito e a cirurgia não lhe proporcionou melhora significativa.

Desde então, Fred aceitou-se com a sua deficiência e vem dentro da vida acadêmica tentando transformar sua limitação em uma luta de vida e política, contribuindo com sua vivência para universidade. Nas horas vagas, Fred gosta de cozinhar e de escrever e contar histórias. Atualmente ele trancou o curso de Pedagogia e está no 9º bloco, aguardando a transferência para outro campus.

• **Trajetoória Acadêmica**

“Eu entrei no curso em 2017 [...], na época eu não tinha consciência da minha limitação e me considerava uma pessoa “normal”. Comecei a ter problemas porque frequentava muito pouco as aulas, e por ser de fora não consegui criar uma identificação com os colegas. Como eu precisava me reconhecer enquanto indivíduo, acabei trancando pela primeira vez, foi quando descobri que tinha ceratocone e passei a concentrar meus esforços acadêmicos para voltar ao curso [...]. em 2019 eu retornei, e consegui ser monitor de disciplina, participei do PIBID, participei também do Residência Pedagógica, apresentei alguns artigos, fui colocado como líder do conselho do curso de Pedagogia. Então, assim, minha trajetória é satisfatória. Mas precisei sair nessa metade de ano, por conta de alguns problemas, eu infelizmente não estava suportando mais alguns acontecimentos.”

• **Estrutura da Universidade**

“Em termos de acessibilidade não existe, só algumas rampas e um banheiro pro Deficiente Físico [...] não há uso de materiais em braille, nem audiolivros nem nada. Pra não dizer que não existe, tem soroban na brinquedoteca para as crianças (risos). Mas pra gente que estuda lá, só pode contar com o Apoio Pedagógico, mesmo assim mediante solicitação [...] após minha cirurgia precisei solicitar, o rapaz era bem intencionado, mas infelizmente ele não tinha a formação adequada, gravava artigos e

livros para mim ouvir, mas ele lia muito rápido e com um tempo ficou displicente. Então acabava arrumando outra forma de poder acompanhar as aulas, mas também era difícil, os colegas pouco eram solícitos. Depois entrou, uma pessoa que eu imaginava ser meu amigo e no final ele não me ajudou sequer com a construção de artigos, solicitei a realização do TCC em dupla com ele, mas ele só estava preocupado em concluir o curso, não comigo e com a minha condição, tão tal que ele não me ajudou na construção do relatório do Residência Pedagógica. Com os outros era mais difícil de contar, havia o preconceito, já teve gente que disse que era pra mim mandar digitado porque era mais fácil, e eu só podia colaborar com o áudio. A Universidade só me procurou pra fazer matéria institucional no site, mas nunca procurou saber como era o apoio, como estava, se eu estava aprendendo alguma coisa, nada disso. Cheguei a conversar com a professora que me ajudou no Apoio Pedagógico, ela me sugeriu entrar com representação no MP contra a Universidade e também ir a luta para conseguir mais recursos, mas infelizmente uma voz solitária é complicado.”

• Relacionamento com os colegas

“Foi o que me fez desistir. Nem da outra ocasião tive problemas, porque sei que era minha culpa. Sabe aquela coisa de que você só pode receber ajuda, mas se você faz as coisas com autonomia é negligenciado? [...] Pois é. Ninguém me colocava em grupo, ninguém me ajudava em nada. Tinham vezes que se juntavam sete ou oito para me agredir verbalmente, como aconteceu da última vez no Residência Pedagógica, que juntaram até a professora contra mim e tinha gente que eu nunca havia me relacionado que aproveitou pra despejar seus sentimentos ruins. Me senti horrível. Também espalharam conversas minhas íntimas de *Whatsapp*, e acabei sendo considerado a pior pessoa do mundo. Sabe o amigo? Pois é, eles ficavam com fofocas de coisas que eu falava, tudo isso pra me desestabilizar, mas ele não falava o que ele dizia. O discurso da inclusão lá (no curso) é hipócrita e é só um pano de fundo pra personagem. Tem gente que fazia aplicativos em projetos mas por trás dizia que era mais fácil receber digitado, comparava a minha deficiência com miopia, mas por trás se fazia de altruísta e bem-feitora. A maioria é assim, um discurso e uma prática diferente. Na temática do trabalho de Deficiência Visual na disciplina de Educação Especial, o grupo que não gostava muito de mim, fez de tudo pra me invisibilizar. Aliás, meu trajeto é sempre de invisibilização. Tinha gente que dizia que eu me afastava, mas procurava conversar, e não aceitavam meu argumento e quando estava eu e outra pessoa, geralmente olhavam pra outra pessoa. Teve professor que ficou contra mim e meu grupo, e meu próprio grupo ficou contra mim. Só fui chamado pra grupo de estudos no início, porque queriam se aproveitar porque eu participava ativamente das aulas. Quando precisei não existiu ninguém, era tenso até falar em aula porque parecia que eu era o diabo na terra. Tive um problema em um relacionamento que começou na própria universidade, a pessoa me extorquiou dinheiro que eu não tinha, me dava remédios como os antidepressivos que ela tomava, que tinham como efeito colateral o ressecamento da córnea, isso agravou bastante a minha situação visual também e comprometeu minha viabilidade no curso. No fim, vivenciei coisas ruins de todas as maneiras, direta e indiretamente. Sem contar que eu adoecia muito, porque tinha que ler os conteúdos por conta própria, por falta de colaboração e comprometimento dos colegas, escrevendo também [...] acaba sendo uma disputa desigual. Já ouvi piadinhas do tipo ‘eu não me sinto incluído nessa matéria’ e também preconceito de pessoas que nunca tiveram contato comigo, mas que enveredaram na área de Educação Especial. No fim é só um discurso, mas jamais uma prática, uma vivência. Eles falavam mal de todos os professores, e no fim porque fiz um determinado comentário sobre uma professora, mais leve do que o deles, fui colocado como bode expiatório. Na parte do conselho do curso, eu entrei por iniciativa de uma menina que estudava com a gente, mas nunca fui respeitado, nunca me procuraram e uma prova disso foi quando houve a resolução de uma das professoras, no qual procuraram a pessoa que tinha ficado no conselho antes de mim, ninguém me pediu opinião, ninguém me pediu tomada de decisão. Me senti como se estivesse num cargo decorativo e não tivesse representação ou validade alguma, nem os professores me procuraram pra nada.

Quando teve a movimentação por conta da reclamação das aulas remotas, eu acabei articulando todo o curso, fiz uma mobilização, a gente teve uma certa união, mas infelizmente algumas pessoas estragaram aquilo só porque tomei a iniciativa com as outras turmas. No fim a gente não conseguiu transpor a reivindicação por conta dos caprichos de algumas pessoas, que queriam acabar comigo e que tudo desse errado. Não estava ali por minha causa nem de ninguém, mas por conta do curso mesmo, pois tenho em mente que se sou colocado pra representar algo, tenho que fazer valer a tomada de decisão. Fui perseguido implacavelmente, e como minha professora disse, não por causa da deficiência, mas a deficiência é o que move a cabeça das pessoas ser contra mim, se eu fosse branco e não tivesse nenhuma limitação seria melhor aceito. O preconceito não é mais aquele que você xinga a pessoa diretamente, ele é feito de forma sutil, a partir da invisibilidade e desvalorização, e tive meu trabalho desvalorizado. A única amiga que fiz no curso dizia que as pessoas tinham admiração comigo, que era meio como se fosse um ‘uau’ a forma de me olharem, mas por mais que goste dela, a gente que sofre preconceito sabe o que é e o que não é [...] no Residência Pedagógica fizeram um vídeo das crianças falando dos outros 5, mas nenhuma citou meu nome na despedida, fiquei triste. Minha família disse que poderia ser edição do professor, mas prefiro acreditar que fui deixado de lado, talvez assim eu sofresse menos com tudo que ocorreu.”

• Professores e possibilidades didáticas

“Dependia muito da benevolência e da boa vontade, além da relação constituída com os professores. Só uma professora que se preocupava com o tamanho da fonte, com a cor do fundo da tela e sempre me procurava antes do período letivo, ela me ajudou bastante a conseguir o Apoio Pedagógico quando estava na coordenação. Também sou grato a professora que orientou (e acho que ela ainda irá me orientar) com o TCC, na monitoria construí uma relação muito boa com ela, uma parceria, e ela quando conheceu minha história de vida, minha deficiência [...] passamos a ter uma outra forma de relação, admiro bastante ela como ser humano. Quanto aos outros professores, acredito que era algo bem pontual, alguns faziam trabalhos em grupo e muitas vezes os grupos não me queriam, outros me propunham até afastamento das atividades sendo que tinha plena condição de participação, então tentava me arrumar de forma clandestina, quando esse amigo tinha interesse em me ajudar com a leitura, com as coisas [...] Tem professor que falava que eu me afastava e que queria tutelar meu comportamento, e ela é psicóloga, além disso essa professora tem um projeto de biblioteca, ela nunca me chamou e eu me ofereci várias vezes e ela fez essa promessa em outras. Creio que não seja por falta de capacidade, porque demonstrei possuir na minha trajetória. Nos programas (PIBID e Residência Pedagógica) eu não tinha essa relação mais calorosa, era mais trabalhador, e alguns bajulavam, outros ali também queriam liderança, então meio que isso causava brigas e estranhamentos, os professores nessas modalidades eram mais dispersos no que se refere a formação [...] pra não dizer que não teve nada, teve uma iniciativa no Instagram com uma criança com Deficiência Visual, mas tudo é ofertado para as crianças. A gente que tem deficiência na vida adulta e no Ensino Superior tem que literalmente tentar a sorte, literalmente mesmo. Quando fazia minhas inferências falavam que era porque eu era frustrado com a vida, que o professor tem que ter formação, mas formação não substitui nunca uma iniciativa, um ponto de partida. Eles (professores) e os alunos querem terceirizar a culpa da sua incapacidade humana para a própria pessoa com deficiência”.

• Expectativas

“Espero conseguir voltar ao curso, me formar. Não aguento mais, já tenho 27 anos, vou fazer 28 [...] quero contribuir, ir pra pós-graduação, voltar a sala de aula. Tenho saudade de quando as crianças gostavam de mim, me chamavam de tio, eu fazia atividades, tinha poucos amigos mas a gente sempre se alinhava num propósito. Me sinto triste em ver que minha vida foi destruída. Eu sei que tenho potencial, eu sei.



Mas é triste ter sua vida destruída, seu legado desmoronando. Eu não vou mudar o mundo, eu não vou mudar as coisas, mas sei que minha voz como pessoa com deficiência tem sua importância para algumas pessoas e meu trabalho dentro dessa subjetividade pode inspirar outras pessoas que tem a mesma limitação que a minha.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história apresentada por Fred, por mais que se constitua em um objeto individual do ponto de vista filosófico, demonstra alguns aspectos que nos fazem refletir sobre a inclusão (ou a falta dela) dentro do Ensino Superior. A trajetória desse estudante é marcada por hiatos, trancamentos e desistências motivadas por resistências do seu entorno com a presença da sua figura, impedindo-lhe de alcançar o pleno sucesso na Educação. O preconceito social é evidente quando por mais que sua trajetória seja de um estudante de sucesso, esta não é considerada como tal, sendo apagada, invisibilizada e não-reconhecida.

O outro ponto é a falta da estrutura da Universidade e a insuficiência de políticas como o Apoio Pedagógico, que faz com que o estudante fique a própria sorte para formular suas estratégias educacionais, dependendo de boas relações e costuras para poder se garantir o mínimo, que depende também da boa ação e da benevolência de professores e colegas, que por muitas vezes preferem ficar no campo da superficialidade e do assistencialismo para com as crianças, mas não para com seus iguais, e a instituição se limita apenas a propagandear suas políticas, mas não fiscalizá-la, além da política universitária enxergar esse estudante de forma superficial, ignorando as diferentes deficiências que estão dentro das IES.

As relações humanas evidenciam que o conceito de deficiência para as pessoas é de um indivíduo que necessita da caridade alheia, mas não que possa alcançar as lãureas educacionais, pois ao alcançar este é rotulado dentro do seu espectro social, e é visto como um potencial concorrente, sendo passível de destruição de imagem pelas pessoas, e não como um sujeito que pode exercer determinadas tarefas com autonomia e que precisa de adequações em outras atividades.

Esses acontecimentos trazem a tona a reflexão de que o estudante acaba tendo que “integrar-se” ao sistema de Ensino Superior, da mesma forma que a concepção vigente nos anos 1970, além de que a responsabilidade do insucesso e dos problemas sociais é atribuída por professores, alunos e sociedade em geral ao próprio deficiente, não assumindo-se como falha e reprodutora *do status quo* social. Se enquanto legislação há garantias e avanços, enquanto sociedade ainda há muito para se conquistar na participação plena do indivíduo com deficiência, inclusive dentro do Ensino Superior, que está imerso nos anos 1970.

REFERÊNCIAS

- BERNARDI, L. [et al]. **Autonomia das pessoas com deficiência visual em instituições de ensino superior**. Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente. V.7, N.1, p. 9-16, 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2021 [recurso eletrônico]. – Brasília, DF: Inep, 2023. 115 p.: il. ISBN 978-65-5801-119-4 (online).
- BRASIL. Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.611**, de 17 de dezembro de 2011. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 ago 2023.
- BRASIL, Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior. Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial - *SEESP* e *Secretaria de Educação Superior - SeSu*. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=557&Itemid=30>>. Acesso em 13 ago 2023
- BRUNO, M.M.G. **O desenvolvimento da criança com Deficiência Visual: da intervenção precoce a inclusão na Educação Infantil** / Marilda Moraes Garcia Bruno. – 3.ed. – São Paulo: Laramara, 2022.
- CLAVERO, F.H; SALGUERO; I.R. A Deficiência Visual: Intervenção Psicopedagógica, Universidade de Granada. **In: Bases Psicopedagógicas da Educação Especial** / Maria Angeles Lou Royo, Natividad López Urquizar (coordenadoras); tradução de Ricardo Rosenbuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- MINAYO, M.C.S. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. 21^a. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.
- OLIVEIRA, M.V.M. **Acessibilidade e ensino superior: : desvendando caminhos para ingresso e permanência de alunos com deficiência visual na Universidade Regional do Cariri - URCA sob a perspectiva da avaliação educacional** / Marla Vieira Moreira de Oliveira. – 2017. 240 f. : il. color. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2017.
- RIGOTTO, R.M. As Técnicas de Relatos Orais e o Estudo das Representações Sociais em Saúde. Ciência & Saúde Coletiva: Rio de Janeiro, 1998.
- YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno – Porto Alegre: Penso, 2016.